

# AS INFLUÊNCIAS DA REVOLUÇÃO CUBANA DE 1959 NA LEITURA POLÍTICA DA COLINA

GUSTAVO DOS SANTOS CINTRA LIMA  
ALDO DURÁN GIL<sup>1</sup>

## RESUMO

Neste trabalho buscamos fazer uma breve reflexão da trajetória e do surgimento da organização político-militar COLINA – Comandos de Libertação Nacional -, formada por militantes dissidentes da organização política POLOP – Política Operária -, ressaltando a importância de estudos sobre as organizações políticas que atuaram na luta contra a ditadura civil-militar no Brasil. Procuramos compreender como as leituras da teoria do foco guerrilheiro, de inspiração castro-guevarista, influenciaram na radicalização da luta dos militantes que cindiram com a POLOP e fundaram a COLINA.

Palavras chave: Ditadura militar, Esquerdas, Foquismo, COLINA.

## RESUMEN

En este trabajo tratamos de hacer una breve reflexión de la trayectoria y la aparición de la organización político-militar COLINA - Comandos de Libertação Nacional -, formada por militantes disidentes de la organización política POLOP - Política Operária -, destacando la importancia de los estudios sobre organizaciones políticas que actuaron en la lucha contra la dictadura cívico-militar en Brasil. Tratamos de entender cómo las lecturas de la teoría del foco guerrillero, de inspiración castro-guevarista, influyeron en la radicalización de la lucha de los militantes que se separó de POLOP y fundó la COLINA.

Palabras clave: Dictadura militar, Izquierdas, Foquismo, COLINA.

---

<sup>1</sup> Instituto de Ciências Sociais – INCIS, Universidade Federal de Uberlândia – UFU, Campus Santa Mônica. Avenida Ana Godoy de Souza –, Uberlândia – CEP – 38408-290; e-mail: [ledfloyd\\_666@hotmail.com](mailto:ledfloyd_666@hotmail.com). Bolsista de I.C. CNPQ/UFU - 2010/11 – sob-orientação do Prof. Adjunto em Ciências Sociais – Aldo D. Gil – e-mail: [aduran@fafcs.ufu.br](mailto:aduran@fafcs.ufu.br).

## INTRODUÇÃO

A presente pesquisa se insere no amplo debate sobre a história das esquerdas comunistas brasileiras, de suas concepções, de suas experiências e suas formas de organização política, principalmente das organizações da esquerda armada.

A história da participação política da militância comunista no Brasil, já deita considerável tempo, revelando a significativa importância do estudo das lutas sociais para o debate e o entendimento do desenvolvimento histórico da sociedade brasileira. Mencionem-se as lutas sindicais pela jornada de oito horas no início do século XX, passando pelas greves de 1917, pelo episódio da Intentona Comunista de 1935, liderada por Luís Prestes, até a resistência a ditadura no pós-1964<sup>2</sup>. Tais lutas assumiram diversas formas, sendo encampadas por vários grupos com diferentes tendências ideológicas.

Um desses grupos armados a ser analisado é a organização *Comandos de Libertação Nacional* - COLINA -, focando seu papel, enquanto movimento de resistência armada. Mais especificamente, esta organização armada é o objeto de nossa pesquisa inicial sobre o tema das esquerdas armadas no Brasil.

Buscamos analisar a experiência deste grupo político-militar, que lutou contra a ditadura civil-militar, concentrando suas ações na região de Belo Horizonte entre os anos 1967 e 1969.

A COLINA foi uma das organizações alocadas no que se passou a chamar de Nova Esquerda, classificadas pelos estudiosos do assunto como organização política de tipo militarista, em oposição às chamadas organizações políticas massistas. Conforme Ridenti, “estes poderiam ser assim subdivididos: os mais ‘militaristas’, que se destacaram pelo volume de ações armadas, as quais tiveram papel fundamental no seu projeto revolucionário (ALN, COLINA, [...])” (RIDENTI, 1993, p. 57)<sup>3</sup>

---

<sup>2</sup> Para uma visão geral da história da esquerda comunista brasileira remetemo-nos ao trabalho de SILVA, A. *História das Tendências no Brasil*. São Paulo: Dag. (s/d).

<sup>3</sup> Com a expressão ‘Nova Esquerda’ pretendemos abranger as organizações e partidos políticos clandestinos que surgiram no país em oposição e como alternativa ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) que se propunha a dirigir as lutas sociais e políticas do povo brasileiro encaminhando-as no sentido da liquidação da exploração social, da dominação do capital internacional e da construção de uma sociedade socialista. A expressão ‘nova’ quer significar, neste contexto, ‘diferente’ e não deveria sugerir a impressão de que temos a intenção de caracterizar as forças políticas até então existentes como ‘velhas’, na acepção pejorativa do termo, ou seja, ultrapassadas. (REIS FILHO & SÁ PEREIRA, 2006, p. 15)

O nosso foco temporal de análise é o período 1967-1969, que marca o acirramento do regime militar, especialmente ao final de 1968, com a decretação do ato institucional nº 5 (AI-5) pelo presidente militar Costa e Silva, o chamado “golpe no golpe”. Conforme expresso na fala de José Dirceu, ex-líder estudantil e guerrilheiro do MOLIPO - Movimento de Libertação Popular -, no documentário *Hércules 56* (2006):

E começaram a surgir as organizações político-militares, na verdade os sindicatos estavam reprimidos, tanto urbanos, quanto rurais, a repressão e a censura foram aumentando, tortura, assassinato político cada vez mais. Então, foi tudo muito rápido no Brasil né! Fecha os partidos políticos, acabam as eleições diretas para presidente, não podem ter eleições nas capitais, tiram os poderes do legislativo, impõe a censura, e logo depois vem o ato institucional nº 5 (A.I.5). Vem a repressão a Ibiúna [1968], vem a batalha da Maria Antônia que foi forjada, aquilo foi uma provocação, aquilo foi montado, para justificar a destruição da Maria Antônia. Mas ali começa realmente a repressão a mudar de qualidade, para mim ali já estava claro que alguma medida “legal” ia ser tomada, acabou depois surgindo o ato institucional nº 5. (DA-RIN, 2006)

Ainda sobre as repercussões do golpe de 1964 na militância de esquerda, sobretudo, nos setores mais jovens, o ex-guerrilheiro do MR-8 - Movimento Revolucionário 8 de Outubro - jornalista Franklin Martins, no mesmo documentário afirma:

Às vezes a gente analisa pouco o trauma que foi o golpe de 64 dentro da vida política brasileira, [...] nós tivemos um golpe sem resistência, nos prometiam que iam resistir e nós fomos derrotados sem dar um tiro. Eu acho que a partir dali, nós temos uma coisa na política brasileira, o seguinte: nós não queríamos mais falar muito, nós queríamos fazer, porque antes de 64 havíamos falado um bocado e na hora H não havíamos feito. Nós fomos para 68, aquela forma de ditadura, a primeira, aquela ditadura, que era ditadura mais queria manter as aparências, manter o congresso funcionando, esse projeto em 68, ele foi inviabilizado, derrotado, por quê? Basicamente pela série de manifestações estudantis em todo o país, a formação da frente ampla que foi se formando, primeiras greves operárias [Osasco-SP e Contagem-MG] ficou claro o seguinte: ou abria, ou partia para algo mais duro. Em 69 já é o que? A segunda forma de ditadura que nós temos, é a ditadura terrorista aberta, etc. e tal, depois do A.I -5, eu, por exemplo, me tornei um esquerdista total, entendi!? Ou seja, temos que ir para luta armada não tem mais jeito [...] (DA-RIN, 2006)

O foco espacial de nossa pesquisa está centrado na região metropolitana de Belo Horizonte, uma vez que, a COLINA atuou fundamentalmente nessa região. Isso não significa que seus militantes tenham restringido suas ações, atuações e articulações políticas a Belo Horizonte, ou ao estado de Minas Gerais. Eles mantinham relativo contato com outras

organizações clandestinas de esquerda, conforme aparece em uma manchete do jornal *Estado de Minas*:

Os mineiros que podem ser trocados pelo embaixador. [...] Juiz de Fora (Sucursal) – Segundo informações não confirmadas, são oito os mineiros presos na penitenciária de Linhares, nesta cidade, que podem ser trocados pelo embaixador Giovani Bucher, da Suíça, sequestrado por comando da VPR [Vanguarda Popular Revolucionária] há mais de um mês. (ESTADO DE MINAS, 09 de jan. de 1971).

Entendendo que a análise da visão do agente ou sujeito vivente e a experiência vivida constituem formas de aproximação da realidade histórica, conhecê-las na sua profundidade seria fundamental. É nessa seara que nos colocamos, na busca de elucidar como se desenvolveram as experiências políticas dos militantes da organização COLINA.

O qualificativo *militarista* passou a denominar um conjunto de práticas de algumas organizações que tiveram atuação considerável nas ações de guerrilha urbana, como expropriações de fundos e armas para as operações de propaganda armada. Essas ações deveriam ser preparativas para deflagração da guerrilha rural, mas em função da conjuntura política, sofisticação e integração dos órgãos de repressão, acabaram se convertendo em condição central para tais organizações terem uma “sobrevida”.

Não obstante, foi pela atividade nas cidades que os grupos guerrilheiros se notabilizaram. Inicialmente, as ações urbanas, como assaltos a bancos e depósitos de armas, eram realizadas por poucas organizações – ALN, VPR e COLINA –, visando a criar a infra-estrutura para deflagrar a guerrilha rural [...] (RIDENTI, 1993, p. 48)

No período posterior ao golpe civil-militar se inicia o que podemos chamar de *segundo ciclo de fragmentações das forças de esquerda* no Brasil. É nessa dinâmica, de desorganização e reorganização das forças políticas de oposição ao regime que surge em meados de 1967, a dissidência mineira da organização Política Operária – POLOP -, seção mais forte dessa, que fundamentalmente irá constituir a base do que seria a COLINA - primeiramente denominada *O. (Organização)* por seus militantes.

A origem da COLINA está no fato de um agrupamento de jovens revolucionários [mineiros] mostrarem-se a certo ponto, insatisfeitos com a prática política oferecida pela POLOP como alternativa ao reformismo [linha política do PCB]. [...] Num segundo momento, o grupo de Minas caminha para adesão à luta armada. A escolha deste caminho está ligada à crítica da estrutura partidária nos moldes leninistas [extremamente burocratizado] e à busca de novos métodos de trabalho e relacionamento com os movimentos de massas. Assim esses, companheiros vêem uma alternativa nas propostas de Régis Debray. (SILVA, s/d, p. 112-113)

Os militantes da sessão mineira da POLOP irão acusá-la de “imobilismo” político, as mesmas críticas que animaram e legitimaram o surgimento das organizações políticas do “primeiro ciclo” (POLOP, PCdoB e AP) de fragmentações, direcionadas, diretamente ao PCB - Partido Comunista Brasileiro - no início dos anos 60 até o período anterior ao golpe de março de 1964.

A organização que surgia, porém, não adotou nenhum nome porque tinha como objetivo participar de um processo maior de fusão de vários grupos e tendências. [...] Ainda nesse ano [1968], a Organização (como era então chamada por seus militantes) realizaria ações de expropriação de fundos e de propaganda armada quando das greves operárias de Contagem. [...] A Organização, também em 1968, manteve atuação no movimento estudantil de Belo Horizonte (onde disputou a hegemonia com a AP) [...] (REIS FILHO & SÁ PEREIRA, 2006, p.172)

Em abril de 1968 será realizada a Conferência que formalizaria o surgimento da nova organização, assumindo o nome COLINA. Através da aprovação do documento “Concepção da Luta Revolucionária” a organização manifestará clara adesão à teoria do foco guerrilheiro (foquismo). Defendendo a estratégia de composição de colunas guerrilheiras estabelecidas em zonas rurais de difícil acesso às forças repressivas e, posterior incorporação da população local (camponeses e trabalhadores rurais), constituindo um Exército Popular capaz de realizar a ofensiva revolucionária [de caráter militar, uma vez que, seguindo o exemplo da guerrilha cubana a luta política havia se deslocado para o campo militar]. (SILVA, s/d, p.113)

Silva ainda levanta um dado aparentemente peculiar sobre a organização mineira: “Diferentemente de outras organizações militaristas do período, o COLINA manteve uma coordenação operária e uma coordenação estudantil – ainda que a prioridade fosse o setor militar [...]” (SILVA, s/d, p. 112). Entretanto, basicamente a organização dava um principal destaque ao setor militar, em função da conjuntura política em que atuava: de repressão militar por parte da ditadura e clandestinidade total.

A COLINA tentou manter uma ligação com movimento operário de Contagem, inclusive participando da greve de 1968. Quando no início de 1969, um número significativo de seus militantes são presos e mortos, notadamente, os quadros do setor de ação armada, sendo constatado no *Diário da Tarde*: “Interrogatório do Grupo Colina já vai começar.”<sup>4</sup>

## MATERIAIS E MÉTODO: APORTE TEÓRICO-METODOLÓGICO

Para percorrermos o caminho da análise, nos apoiamos em textos de Marx, dos textos chamados históricos, *As lutas de classe na França, O 18 Brumário de Luís Bonaparte* e *A guerra civil na França*, reunidos no volume II de *A revolução antes da revolução* (2009). Trata-se de obras em que o autor aplica o método materialista dialético da história para a análise sócio-política das lutas de classes na França de 1848 a 1871. Examina o papel do Estado e das classes sociais no desenvolvimento histórico dessa sociedade realizando uma profunda análise das transformações na sociedade francesa. Fornecendo elementos teóricos para a análise da nossa problemática

O trabalho que aqui reeditamos foi a primeira tentativa de Marx para explicar um fragmento da história contemporânea por meio do seu modo materialista de [a] conceber a partir da situação econômica dada. [...] Aqui, ao contrário, tratou-se de demonstrar a conexão causal interna de acontecimentos ocorridos ao longo de um desenvolvimento de vários anos [conjuntura européia e francesa do final da primeira metade do séc. XIX] [...] de reconduzir, portanto, no sentido do autor, os acontecimentos políticos a efeitos das causas em ultima estância econômicas. (ENGELS In: MARX, 2009, p. 37)

O fragmento acima, escrito sob a forma de prefácio por Engels, revela a intenção de Marx em aplicar seu método aos acontecimentos históricos, como também nas obras que seguem sua análise dos acontecimentos políticos na França, *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*:

---

<sup>4</sup>

Matéria publicada pelo jornal *Diário da Tarde*, de 10 de novembro 1969.

Hegel observa algures que todos os grandes fatos e personagens da história universal aparecem, por assim dizer, duas vezes. Mas esqueceu-se de acrescentar: a primeira vez como tragédia e a outra como farsa. [...] Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem segundo sua livre vontade, em circunstâncias escolhidas por eles próprios, mas nas circunstâncias imediatamente encontradas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas pesa sobre o cérebro dos vivos como um pesadelo. (MARX, 2009, p. 207)

Em seu terceiro texto *A guerra civil na França* que encerra, por assim dizer, o impressionante esforço de inteligência de Marx, na análise crítica dos acontecimentos políticos e sociais, das lutas de classes travadas na Europa da segunda metade do século XIX, tendo com palco principal a França, expõe a seguinte idéia sobre a tomada do poder pelos operários na França:

Paris, entretanto, não tinha defesa sem armar sua classe operária, sem a organizar numa força efetiva e sem treinar as suas fileiras na própria guerra [guerra contra a Prússia]. Mas Paris armada era a própria revolução armada. Uma vitória desta sobre o agressor prussiano teria sido uma vitória do operário francês sobre o capitalista francês e os seus parasitas de Estado. Nesse conflito entre dever nacional e interesse de classe, o Governo de Defesa Nacional [representante das frações da burguesia francesas destituídas do poder pelos operários em Paris] não hesitou um momento sequer em se tornar um governo de traição nacional. (MARX, 2009, p. 375-376)

Seguindo estas explicações, nos reportamos também à obra de Lênin. Em *O Estado e a Revolução* o autor nos “ensina”, recuperando vigor e a força do pensamento de Marx, que no início do século XX sofria uma espécie de degeneração economicista através de interpretações “oficiais” de suas teses sobre a luta de classes e a transição ao socialismo. Nos prelúdios da revolução russa de 1917, Lênin trava um debate com os marxistas revisionistas, especialmente com Kautsky – influente militante da II Internacional - e, então considerado maior expoente e herdeiro do pensamento de Marx e Engels:

Para Marx o Estado é um órgão de dominação de classe, um órgão de submissão de uma classe por outra; é a criação de uma ordem que legalize e consolide essa submissão, amortecendo essa colisão das classes. [...] Em Kautsky, a deformação do marxismo é muito mais sutil. ‘Teoricamente’, não nega que o Estado seja órgão de dominação de uma classe, nem que as contradições de classe sejam inconciliáveis; mas, omite ou obscurece o

seguinte: se o Estado é o produto da inconciliabilidade das contradições de classe, se é uma força superior à sociedade, ‘afastando-se cada vez mais dela’, é claro que a libertação da classe oprimida só possível por meio de uma revolução violenta [Kautsky compactua politicamente da transição pela via pacífica-parlamentar e eleitoral] [...] (LENIN, 2007, p. 25-26)

Em *Fascismo e Ditadura* (1978), Poulantzas sustenta que em momentos de transição de uma fase para outra do desenvolvimento capitalista, a intervenção estatal, para além, da regulação das relações econômicas, é mais concentrada e vigilante, atuando diretamente na correlação de forças das classes sociais em luta.

“O fascismo não é mais que uma forma particular de regime de Estado capitalista de exceção: há outras, nomeadamente o bonapartismo e as **diversas formas de ditadura militar.**” (POULANTZAS, 1978, p.11, nosso)

Postulamos também a reflexão do texto de Fidel Castro Ruz *A história me absolverá* (2005), que serviu de argumento em sua autodefesa contra as acusações da ilegitimidade das ações de assalto ao quartel de Moncada em 1953. O autor justifica o desencadeamento de um processo de guerra de libertação nacional contra o domínio imperialista associado à ditadura de Batista.

O direito de resistência, estabelecido pelo artigo 40 da Constituição, está em pleno vigor. Foi aprovado para que funcionasse enquanto a república corresse normalmente? Não. Traída a Constituição da República e arrebatadas do povo todas suas prerrogativas, só lhe resta esse direito [rebelar-se pelo uso das armas] que nem uma força lhe pode tirar: o direito a resistir a opressão e a injustiça. (RUZ, 2001, p. 84)

Cabe aqui também, registrar um fragmento da entrevista de Fidel Castro de 1990, ao programa *Roda Viva* da TV Cultura, onde ele reitera a necessidade do povo em armas como condição para garantia da transição socialista ao comunismo:

[...] En nuestro país no solamente [el pueblo] tiene los votos, pues no se sabe que en Cuba se tiene una Constitución, aquí no se sabe que en Cuba hay una elección a cada dos años y medio, se ignora. **Porque, en nuestro país el pueblo no tiene solamente los votos, tiene las armas.** Nuestro país es un pueblo todo organizado, millones de personas, hombres y mujeres constituyen el aparato defensivo de nuestro pueblo [...] (RODA VIVA, 1990, grifo do meu)

Além das contribuições teóricas das análises acima referidas, nos apoiamos também em textos que focalizam a experiência da guerrilha cubana e a organização de outro modelo de desenvolvimento social na América Latina, para reter os elementos políticos e ideológicos que influenciaram as perspectivas de luta contra a ditadura brasileira da organização político-militar COLINA. Referimos principalmente à clássica obra de Guevara, entre elas: *Guerras de guerrilha* (1980). Também remetemos ao trabalho de Florestan Fernandes que analisa a experiência da luta armada em cuba (foquismo): *Da guerrilha ao socialismo* (2007).

## **2. DISCUSSÃO E RESULTADO**

### **2.1 O CONTEXTO POLÍTICO BRASILEIRO E A CRISE NO CAMPO DA ESQUERDA**

Convém recuperarmos o que antecede a fragmentação no campo da esquerda brasileira, o fato sem dúvida mais relevante é a crise do PCB, que vinha apoiando o governo JK, pois, enxergava que a vitória deste representava uma coalizão de forças comunistas com forças sociais pró-imperialistas. Acreditando que isso faria vir à tona as contradições de classe no interior da política estatal brasileira, de um lado a faceta democrático-progressista e de outro as forças retrógradas ligadas aos interesses imperialistas do capital estrangeiro, em especial, estadunidense apoiados na ideologia anticomunista de controle do continente Americano. O PCB alimentava a estratégia de jogar dentro dos limites da legalidade burguesa do Estado brasileiro, que o havia lançado à clandestinidade no final da década de 1940.

A crise interna que atinge o PCB junto com a maioria dos PCs – Partidos Comunistas - alinhados à política soviética mundo a fora, demandada do XX Congresso do PCUS realizado em Moscou em 1956, em que Krushev denuncia oficialmente os crimes de guerra da direção de Stálin.

Esse fato gera um conjunto de debates no interior do PCB nos dois anos seguintes, culminando com a vitória interna dos chamados “revisonistas”<sup>5</sup> que nesse caso são os militantes do partido (PCB) que adotam a crítica à política stalinista levantada por Krushev.

---

<sup>5</sup> Revisonista aqui significa a tendência interna do PCB que se forma a partir de 1956, partidária da linha de Nikita Krushev que faz a crítica aos crimes e ao personalismo político do período stalinista.

Em 1958 a tendência “revisionista”, vitorioso, realiza a famosa “Declaração de Março”, nesse documento esta expressa a tentativa de reafirmar a legitimidade do PCB e sua concepção do caráter da revolução no Brasil naquela conjuntura: uma transformação não socialista, mas sim, democrático-burguesa, manifestando ainda as influências do período stalinista, de uma revolução por etapas, mecanicamente encadeadas. Reiterando a necessidade de se fazer uma aliança com as parcelas “progressistas” da burguesia brasileira, comprometida com os valores nacionalistas e anti-imperialistas.

O PCB em sua leitura do desenvolvimento capitalista brasileiro entendia que naquela fase a melhor estratégia era a de se constituir uma frente única entorno de um governo nacionalista e democrático, que preservasse os “ganhos políticos” para a classe trabalhadora, essa perspectiva da luta política pode ser compreendida “como via pacífica para a revolução brasileira”.

O apoio ao governo JK que adotara explicitamente uma política de cunho “desenvolvimentista – e abertura as inversões estrangeiras no país”, sustentada nas teses da CEPAL, voltada para uma industrialização para produção de bens de consumo duráveis para o aquecimento do mercado interno, automóveis e eletrodomésticos, recheada de propostas atraentes para o capital estrangeiro. A contradição se manifesta claramente à medida que o Brasil desenvolve as forças produtivas capitalistas, sua dependência aumenta em relação ao capital estrangeiro.

Este processo de industrialização baseada no estímulo conferido pelo capital estrangeiro cria dificuldades para o desenvolvimento da burguesia interna, fortalecendo a fração da burguesia estrangeira instalada no país. Do outro lado fortalece o desenvolvimento da classe operária que crescera em peso político e não podia mais ser evitada no campo da democracia formal.

No V Congresso realizado em 1960 o PCB ainda reitera seu crédito político à burguesia nacional, que certamente se levantaria ante ao avanço do capital imperialista no país, mas já admiti existir um setor da burguesia brasileira “entreguista” que deveria ser combatido. Ainda nesse Congresso o PCB lança a bandeira da legalidade do partido, como forma de mobilizar os setores populares mais organizados.

O PCB apóia a candidatura do General Lott e como vice João Goulart, como não era vinculada as eleições para presidente e vice, uma parcela do PTB apóia a chapa Jânio-Jango, que sai vitoriosa.

A crise econômica do país vivida no governo Jânio era um reflexo mais ou menos automático da política desenvolvimentista adota nos anos do governo JK,

[...] agora não se produzia mais feijão, arroz ou qualquer produto de primeira necessidade, mas sim, carros, televisores, etc. Os baixos salários deixaram os trabalhadores sem poder de compra diante de uma alta inflação. Isso somado a dívida externa contraída para desenvolver o país. Era o fim da euforia desenvolvimentista e o início da luta pelas ‘reformas de base’. (Silva, s/d, p. 86)

O governo Jânio se depara com a ampliação radical da pressão por parte dos movimentos populares em torno da bandeira das “reformas de base”, tentando realizar uma política econômica de recuperação dos “estragos” deixados pelo governo JK (um aumento abissal da dívida externa brasileira). Jânio adota uma política externa “alternativa”, buscando estabelecer relações comerciais com os países que mais conviessem aos seus interesses políticos e econômicos de recuperação nacional. Desse modo ele contraria os interesses das forças sociais conservadoras que o apoiara.

Assim Jânio começa a sofrer a pressão de uma parcela da burguesia interna e, em especial, dos setores ligados ao capital estrangeiro instalados no país. A condecoração do Comandante Comunista e Ministro das Relações Exteriores de Cuba, Che Guevara, levanta o discurso, por parte da burguesia e dos setores reacionários das forças armadas, de “*esquerdização*” do país.

Jânio então enfraquecido politicamente renuncia ao cargo em agosto de 1961, acreditando que seria requerido seu retorno por imaginar que as forças armadas não aceitariam que Jango assumisse a presidência. Nesse momento Jango estava na China de Mao estabelecendo acordos comerciais.

As forças armadas levantaram a bandeira do impedimento de Jango ao cargo, pois ele seria um “agente comunista”, a mando do Oriente Vermelho.

No entanto, as forças armadas não tinham consenso sobre o impedimento da posse de Jango e recuam, mesmo assim o Congresso Nacional aprova a emenda instituindo o parlamentarismo, que Jango aceita frustrando seus aliados e esvaziando a resistência ao possível golpe.

Nesse momento os movimentos sociais estão em alta, as “Ligas Camponesas” lideradas por Francisco Julião realizando a tomadas de terras, as greves se avolumavam nos grandes centros industriais do país, a uma aproximação rica entre o movimento estudantil e os movimentos populares (urbanos e rurais), soldados nos quartéis também reagem se manifestando. O populismo começa a ver suas rédeas políticas arrebentarem, eclode a faceta

popular que o populismo se esforçara em afastar, Jango agora dependia de sua base popular para realizar a plataforma política das reformas e se manter no governo.

## **2.2 A POLOP E A AFIRMAÇÃO DO CARÁTER SOCIALISTA DA REVOLUÇÃO BRASILEIRA: OPOSIÇÃO À TESE PECEBISTA DA ETAPA DEMOCRÁTICO-BURGUESA.**

A ORM-POLOP - Organização Revolucionária Marxista - Política Operária - inicia sua vida política no ano de 1960-61 no contexto de radicalização do movimento de massas em meio ao *frisson* causado pela bandeira das reformas de base que começavam a tomar força no centro dos movimentos populares. A POLOP vai se formar a partir da (re)-organização de ex-militantes do PCB em aliança com alguns militantes radicalizados do PSB e alguns comunistas independentes.

Essa organização será a primeira, depois dos trotskistas, a formular uma análise da revolução brasileira que põe em xeque as concepções stalinistas que estavam alocadas nas fileiras “pensantes” do PCB. Mesmo a divisão política, mencionada no início desse trabalho, que teve início no PCB em 1956 não conseguiu superar alguns princípios da leitura stalinista do processo revolucionário para a realidade brasileira.

Isso será feito e iniciado pela POLOP, expressando desde o início o papel de crítica às propostas da burguesia para a solução da crise em que se encontrava o país e, constituir um movimento operário independente da tutela das classes dominantes.

Tendo a POLOP surgido não apenas da divisão interna do PCB, mas de um “racha” a nível internacional, de um núcleo estabelecido no Rio de Janeiro, ligado à III Internacional e suas tradições leninistas que havia rompido com Stálin sem se ligar a corrente trotskista.

Essa posição adotada pela POLOP em oposição às formulações que o PCB cultivava, encontrava referência na ascensão dos movimentos populares na cidade e no campo. Não era aceitável à esquerda se render ou “implorar” à burguesia interna que manifestasse sua verve revolucionária em circunstância nenhuma, menos ainda naquela conjuntura de fortalecimento do movimento popular.

A POLOP enxergava o caso do desenvolvimento capitalista brasileiro numa óptica mundial, para os seus militantes chegava ao final a fase de expansão capitalista nas regiões periféricas, fruto do desenvolvimento dependente a que foram submetidas (o caso brasileiro),

viria agora um período de estrangulamento econômico que burguesia brasileira lutaria com todas as suas possibilidades para repassar para as classes trabalhadoras.

Então caberia à classe trabalhadora levar a cabo as reformas sociais necessárias para se criar uma base social e econômica capaz de romper com a dependência sistêmica do Brasil em relação ao circuito capitalista hegemônico dos EUA.

A POLOP vai ter na sua mira o caráter “socialista da revolução brasileira” para resolver de uma vez o problema da dependência estrangeira do desenvolvimento do Brasil, tendo a burguesia interna demonstrado estar conectada integralmente ao sistema imperialista, não haveria contradição de “primeira ordem”, ou estrutural entre a burguesia brasileira e o imperialismo.

Seria uma relação de “[...] cooperação antagônica dessas burguesias nacionais com as burguesias imperialistas. É desse modo que se assegurou a exploração imperialista após a retirada dos exércitos coloniais.” (Reis Filho & Sá, 2006, p. 120)

Para o novo partido era clara a questão: capitalismo dependente com tendências a degeneração da sociedade brasileira em geral e, claro, em especial da classe trabalhadora, ou o socialismo e ruptura radical com o circuito imperialista liderado pelos EUA.

Na sua trajetória a POLOP realizará quatro Congressos até sofrer o conjunto de perda de quadros importantes que irão integrar outras organizações de esquerda a partir de 1967-68, como a COLINA em Belo Horizonte e a VPR - Vanguarda Popular Revolucionária - em São Paulo.

Havia alguns obstáculos a serem superados segundo as formulações sobre a conjuntura nacional que a POLOP manifestaria, primeiro a tradição populista que o proletariado brasileiro fora formado, esse fato aparecia como grande problema para o desenvolvimento da consciência de classe revolucionária e, do entendimento de sua “missão histórica” levar adiante a revolução socialista no país.

Para isso a POLOP produzia propostas: “formar uma frente dos trabalhadores da cidade e do campo, organizar comitês de empresa com órgão de representação dos operários em cada local de trabalho.” (Reis Filho, 1990, p. 35)

O documento intitulado “Programa Socialista para o Brasil” de setembro de 1967 vai ser texto chave para orientação dos militantes adeptos da concepção socialista da revolução brasileira. Inclusive para os militantes dissidentes que formaram a COLINA, as divergências serão levantadas sobre as estratégias e as táticas a serem eleitas para atingir o horizonte almejado.

“O modo de produção capitalista, que marca a economia brasileira, é a base em que se sustenta a dominação: burguesia industrial, comercial, agrária e financeira. O desenvolvimento capitalista no Brasil trouxe consigo o crescimento da classe operária e o amadurecimento da contradição entre capital e o trabalho. A burguesia só pode evoluir à custa da exploração crescente das massas trabalhadoras.” (Reis Filho & Sá, 2006, p.125)

Para finalizar, a POLOP se afirmava herdeira da tradição do marxismo-leninismo e de suas consignas revolucionárias a. o Partido como vanguarda da classe trabalhadora. Como instrumento máximo da organização dos trabalhadores no processo revolucionário, b. o caráter socialista inerente ao processo revolucionário que caminhava no Brasil a passos largos, c. o proletariado, independente da correlação de forças que se apresentava, era indubitavelmente a quem os comunistas deveriam procurar em tal circunstância.

Dessa maneira, coloca a POLOP a polarização do momento histórico e político que o Brasil passava entre reação ou revolução.

### **2.3 A CISÃO COM A POLOP E O SURGIMENTO DA COLINA: DIVERGÊNCIAS NA FORMA DA LUTA REVOLUCIONÁRIA**

A POLOP inicia sua vida política em alta com a ferrenha oposição ao PCB e suas teses, vai se apoiar na ascensão dos movimentos populares, em especial dos trabalhadores urbanos. Pois, trazia na sua ideologia política uma interpretação prática da teoria marxista-leninista, colocando o proletariado (trabalhador fabril-manual), independente da conjuntura em que a luta de classes se encontra, como agente estrategicamente dirigente.

Os limites de organização dos trabalhadores urbanos em torno dos sindicatos e mais amplamente das centrais sindicais. Esses limites foram relevados por parte dos militantes da POLOP, para eles aquilo era um processo rico de construção da “verdadeira consciência revolucionária da classe trabalhadora”.

Apesar dessa euforia em relação à mobilização popular espontânea, a POLOP reconhecia ser o Partido o único instrumento capaz de dar à classe trabalhadora uma visão política conseqüente e científica da dinâmica da luta que estava se desenvolvendo, passar do

nível da luta econômica, pela sobrevivência ainda nos limites da reprodução do capital, para uma luta política, uma “guerra de classes”.

A POLOP desde o seu início vai manter um frente de luta no interior da esquerda, com uma proposta de formação de quadros políticos para responder aos desafios teóricos que se manifestavam, disso resultaria como instrumento prático principal para executar essa tarefa o jornal *Política Operária*, com objetivo de realizar a formação e orientação política de quadros organicamente ligados aos operários.

Assim cabia a ela como organização crítica à tradição pecebista corrigir os erros de percurso da esquerda no Brasil, inclusive no interior do próprio PCB. Desta maneira “[...] a POLOP não mediria esforços neste sentido.” (Reis Filho, 1990, p. 36)

No seu III Congresso em 1964 antes do golpe, a POLOP parece não detectar claramente a possibilidade próxima de um golpe civil-militar das forças de direita, que confirmaria em parte suas análises, realmente os setores hegemônicos da burguesia não estavam dispostos a realizar “as suas tarefas revolucionárias nacionais”.

A POLOP após a derrota, o golpe de março 1964, passa a canalizar as responsabilidades para o PCB e os setores nacionalistas da esquerda que alimentaram junto à classe trabalhadora a crença no papel “messiânico” de um setor da burguesia brasileira que seria progressista e antiimperialista. Mas o mesmo movimento que corroía a esquerda em torno do PCB se alastraria para as demais organizações da época, abrindo um “processo de cisões” na esquerda brasileira.

A COLINA como uma cisão de quadros da POLOP ocorrida no IV Congresso em São Paulo no ano de 1967 tem como ponto de choque as críticas das insuficiências práticas da estratégia e tática da POLOP frente à situação política vivida no país. O acirramento da repressão aos opositores do regime militar, que é levantada por jovens militantes advindos em sua maioria do movimento estudantil universitário, que se somaram aos militantes da juventude trabalhista mineira, esse ponto é central para a cisão no interior da POLOP, o choque de gerações – concepções acerca da política e do socialismo -, que também vai aparecer como variável importante das cisões no período pós-golpe de 1964.

Os dissidentes entendiam que em vista da crescente repressão, em especial, nas cidades e as facilidades que o regime militar e seu aparelho repressivo hipertrofiado tinham para atuar no meio urbano não era mais possível nem “inteligente” em termos militares (estratégicos) manter a forma de luta política restrita ou tendo como foco principal a atuação política na cidade junto ao movimento operário. Que a essa altura estava praticamente esfacelado pela repressão. Pois, as lideranças que haviam se desenvolvido nos anos que

antecederam o golpe estavam na maioria fora de possibilidade de atuação política pública junto à base, exilados ou clandestinos no melhor dos casos e, no pior sendo torturados ou já mortos nos porões da ditadura.

Os integrantes da COLINA criticam a estrutura organizacional da POLOP como sendo por demais burocrática, visto que a POLOP se colocava como uma organização herdeira do “marxismo-leninismo clássico”, que não convinham para as condições objetivas que a revolução no Brasil impunha, era preciso criar formas de organização mais flexíveis e ágeis para o tipo de combate que se podia realizar naquela conjuntura.

A maioria dos dissidentes da POLOP que vão formar a COLINA eram de jovens militantes mineiros, eles num primeiro momento acusando a direção da POLOP de doutrinação das massas através de palavras de ordem de longo prazo, propõem a convocação de uma Assembléia Constituinte Popular Soberana para se formar a resistência ao regime militar.

“Num segundo momento o grupo de Minas caminha para adesão à luta armada. A escolha desse caminho está ligada à crítica da estrutura partidária nos moldes leninistas e à busca de novos métodos de trabalho com os movimentos de massas”. (Silva, s/d, p. 113)

A POLOP guardava uma interpretação leninista mais tradicional “dos termos da equação política” e de sua resolução, o partido como vanguarda da revolução e o proletariado como contraponto dinâmico da luta deveriam ser preservados a fim de consagrar e conduzir o processo político corretamente, os revolucionários não poderiam prescindir desses dois elementos nem por um minuto na revolução. Nesse sentido é que Reis afirma em seu livro sobre a luta armada no Brasil e as esquerdas, existir uma espécie de tríade da tradição comunista “cultuada” por essas organizações da esquerda armada, que seriam: *a inevitabilidade da revolução socialista, o proletariado como portador da missão histórica da revolução socialista e o partido como vanguarda do processo revolucionário.*

Não nos dispomos nesse curto trabalho a endossar sua tese, pois, enxergarmos um passo a generalização um tanto arriscado, nos limitamos a referi-lo no debate por sua contribuição ao tema.

Os quadros que irão compor a COLINA até por uma questão de pouca experiência e maturidade política vão se ligar muito mais facilmente às experiências temporalmente mais próximas, como o caso da revolução cubana e chinesa, mais principalmente a primeira e seus métodos de concretização da luta revolucionária.

Se não fosse o bastante, ainda haveria outros pontos de identificação além da contemporaneidade da experiência cubana, para mencionar alguns rapidamente, a. a herança

colonial de Cuba e do Brasil; b. a predominância de uma economia de exportação em linhas gerais; c. a fragilidade econômica ante o imperialismo “ianque”. Além da existência de grandes populações nas áreas rurais na situação mais cruel de atraso e pobreza, vivendo as contradições de um desenvolvimento capitalista periférico-dependente.

## **2.4 O FOQUISMO COMO REFERÊNCIA PRÁTICA DA LUTA REVOLUCIONÁRIA NA LEITURA DA COLINA.**

As organizações de esquerda surgidas após ou momentos antes do golpe de 1964 em oposição principal ao PCB, que concentrava de longa data a maior influência na esquerda brasileira, foram influenciadas pelas experiências revolucionárias cronologicamente mais recentes, e também, influenciadas pelas características concretas em que essas experiências se desenvolveram (Cuba e China).

No caso da COLINA a influência que ela recebe da teoria do foco guerrilheiro, é o catalisador da cisão com a POLOP, em vista da ascensão da repressão nas cidades, em especial nas capitais, tornara-se inviável continuar a luta pelas vias que a democracia burguesa aceitava anteriormente ao golpe. Como fazer a formação política com os operários nas portas das fábricas? Se havia sido suspenso qualquer direito de aglomeração pública, e transmissão de conteúdos políticos, ainda mais de esquerda?

Dessa maneira a COLINA, os ex-militantes da POLOP que vão integrá-la passam a assumir na falta de outro “modelo” orientador para se continuar a resistência ao regime, apelam ao foco guerrilheiro aplicado pelos revolucionários cubanos em 1956-59, que Guevara e Debray vão se incumbir de teorizar.

A COLINA enxergando o agravamento da luta e não vendo possibilidades de reversão daquela situação em curto prazo, decide pela estratégia da guerrilha rural já consagrada pela revolução cubana e chinesa, em especial a primeira, como a opção estrategicamente mais acertada. Naquela circunstância de clandestinidade, tornara-se impossível uma mobilização de massa.

Então, junto a essa situação adversa, a COLINA vai tomar partido do foco guerrilheiro como estratégia do prolongamento e sobrevivência da luta política, agora assumidamente militar.

A proposta castro-guevarista, nesse sentido, encaixava na leitura da COLINA a situação que se passava no Brasil, pois, a revolução cubana havia emergido em luta contra

uma ditadura sustentada pela política estadunidense e pelo capital imperialista. Na leitura da COLINA, como em Cuba, o Brasil tinha uma grande parcela de sua população fixada no campo, sob a exploração dos resíduos coloniais, que tinha o latifúndio como maior expressão.

As leituras da teoria castro-guevarista da instauração do foco guerrilheiro como fundamento prático-político do desenvolvimento de um “exército popular”, como forma por excelência de contra-poder militar e político para fazer frente ao exército público burguês e, sendo esta encarada como a possibilidade criadora para concluir a polaridade, entre socialismo X imperialismo, a favor do socialismo, então seria a ação política dirigida militarmente a única saída revolucionária para a esquerda brasileira na leitura da COLINA.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Como considerações nós apresentamos algumas questões que foram iluminadas e, que são essenciais para a compreensão da experiência da chamada nova esquerda no Brasil, durante os anos 60 e início dos 70. Em especial, focalizando o caso da organização COLINA, rastreando suas origens e desenvolvimento, os debates que envolveram suas definições e concepções de luta política.

Em primeiro lugar, a influência da revolução cubana de 1959 e, do modelo de organização e direção política que consagrou tal revolução, marcada por uma adaptação criativa do modelo de organização e direção do chamado marxismo-leninismo, por exemplo, a idéia de direção político-militar realizado por uma vanguarda de políticos profissionais (guerrilheiros), mas, sem excluir o elemento político decisivo do processo revolucionário, as classes populares – aliança entre o proletariado e campesinato.

Havia muitas questões teóricas sobre o desenvolvimento capitalista periférico na América Latina que não tinham sido bem colocados, como o debate em torno da questão se o Brasil – países latino-americanos – tinha passado por um período feudal - vigência do modo de produção feudal - esse tipo de concepção levava as análises da esquerda sobre a realidade nacional a apostar em algumas tendências do desenvolvimento histórico, como a existência de uma provável burguesia nacionalista – concepção central, por exemplo, do PCB. Outra concepção cultivada por amplos setores da esquerda brasileira naquele momento é a concepção da existência de um amplo campesinato pobre no campo brasileiro, que especialmente, as organizações armadas do pós-1964 vão alimentar e a COLINA é exemplo

disso, do ponto de vista teórico havia um grave déficit na análise do desenvolvimento capitalista no Brasil – do tipo e das características desse processo – impactando nas formulações políticas, estratégicas e táticas das organizações da esquerda no Brasil.

Como aparentemente fora em Cuba, acreditava-se que o “campesinato pobre” seria o suporte para o desenvolvimento da luta revolucionária – do foco guerrilheiro ao exército popular de libertação nacional –, mas, mesmo no processo revolucionário cubano havia um considerável movimento operário nacional nas zonas industriais que haja vista a repressão do governo Batista, aquele estava parcialmente contido. A guerrilha no campo com o amplo apoio dos camponeses pode “liberar” o movimento operário que estava bloqueado, dividindo as forças repressivas, então o processo cubano não pode ser reduzido ao papel heroico da guerrilha, apesar dessa ter sido a força dirigente que conduziu vitoriosamente a revolução nacionalista e posteriormente a uma virada socialista. Resumindo a estratégia da revolução cubana pode ser metaforicamente representada, pela combinação das forças políticas e militares da *Sierra* – guerrilha rural e o exército popular como a força dirigente – e das forças políticas do *Llano* – movimento operário-popular urbano como a força principal – tudo isso se desenvolvendo em uma conjuntura de crise nacional.

Segundo, as leituras feitas pelos militantes da COLINA, no sentido, de encontrar pontos de contato entre a situação nacional cubana pré-revolucionária (1953-1956) e a situação nacional brasileira a partir de abril de 1964.

Em terceiro lugar, o que seria o desfecho da análise parcial dos setores da POLOP que dariam lugar ao surgimento da nova organização de esquerda – COLINA – os motivos (divergências) político-ideológicas, estratégicos da cisão.

Outra questão que deve ser levantada, de caráter geral, é a necessidade de se realizar análises políticas e sociológicas das organizações de esquerda que não foram consagradas pelos estudos do tema na literatura brasileira especializada, que se fixou em análises de organizações políticas que se destacaram, ou por ações espetaculares ou por terem entre seus quadros, militantes históricos. As análises “clássicas” da luta armada no Brasil, de certa maneira, negligenciaram no que diz respeito às organizações que fogem ao perfil acima citado, não dando tratamento suficiente as suas experiências de luta que, são fundamentais para a reconstrução da história das lutas sociais e políticas contra a ditadura civil-militar no Brasil.

Cabe ressaltar, por fim, que esta análise é um primeiro contato com o tema, sendo necessário um espaço e uma pesquisa mais aprofundada para expor algum tipo de conclusão ou resultado teórico seguro e consistente.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. Brasil Nunca Mais. 2ª ed. Petrópolis. Vozes. 1985.
- DE LA SERNA, E.G. A guerra de guerrilhas. Edições Populares, 1980, São Paulo. Vol. 3.
- MARX, K. A revolução antes da revolução. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.  
vol.2
- MARX, K.; ENGELS, F. O manifesto do partido comunista - 1848. 1ª ed. Porto Alegre: L&PM, 2001.
- LÊNIN, Vladimir. O Estado e a Revolução. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- REIS FILHO, D. A.; SÁ, J. (org.). Imagens da Revolução. Documentos das Organizações Clandestinas de Esquerda dos anos de 1961-1971. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. A revolução faltou ao encontro. 1ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- RIDENTI, M. O Fantasma da Revolução Brasileira. São Paulo. Editora da Universidade Estadual Paulista. 1993.
- RUZ, F. C. A História me Absolverá. 5ª ed. São Paulo. Expressão Popular. 2005.
- SILVA, A. O. História das Tendências no Brasil. 2ª ed. São Paulo: Dag Gráfica e Editorial. s/d.

## FONTES

### Filmes

- Hércules 56. Direção de Silvio Da-Hin. Rio de Janeiro. A & A produções artísticas. 2006. 1 DVD.
- RODA VIVA. Entrevista com Fidel Castro. Dir. J. Escosteguy. São Paulo. TV Cultura. 1990. 1 DVD.

### Jornais

- “Interrogatório do Grupo Colina já vai começar”. **DIÁRIO DA TARDE**, 10 de novembro de 1969.